

T4F ENTRETENIMENTO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo T4F"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Citibank Hall, Teatro Cetip e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Alliaz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas contêm as informações relevantes da Companhia e utilizadas pela Administração como instrumento de gestão e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. Para as benfeitorias em propriedades de terceiros, estas são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software, marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial sobre investimento líquido no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

(1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2014.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

aa) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis, emitidas até 31 de dezembro de 2014, pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; e (c) contabilização geral de hedge.	(i)
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(i)
Alterações à IFRS 11 - Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto.	Fornecem orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de Negócios.	(i)
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010 - 2012	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(i)
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2011 - 2013	Melhorias nas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 38 e IAS 24	
	Melhorias nas IFRS 3, IFRS 13, IAS 40	

(i) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(ii) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRIC 21 - Tributos	Apresenta orientações sobre como tipos diferentes de tributos devem ser contabilizados	(i)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimentos	(i)
Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(i)
Modificações a IAS 39	As alterações à IAS 39 trazem a isenção da exigência de descontinuidade da contabilização de hedge quando um derivativo, designado como instrumento de hedge, é novado Sob determinadas circunstâncias.	(i)

(i) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, a Administração avaliou e adotou o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo CPC, o qual não produziu impactos nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não identificou efeitos relevantes que possam afetar as suas demonstrações financeiras.

Lei nº 12.937/2014

A Lei nº 12.937, de 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, embora ofereça a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Não são esperados efeitos relevantes decorrentes da observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. A Administração da Companhia não optou pela adoção antecipada das disposições da Lei no exercício de 2014.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis financeiras.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2014	2013		2014	2013
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
			T4F Entretenimientos		
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	Argentina S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00			
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	69,48			

T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	99,99	99,99
Ticketek S.A.C	99,99	99,99

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 e a receita líquida dos exercícios de 2014 e de 2013:

Controladas:	2014			2013		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Área Marketing Brasil Ltda.	1.124	951	-	1.402	1.301	18
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	17.759	1.706	9.531	19.782	2.420	6.516
Metropolitan Empreendimentos S.A.	10.890	5.295	9.902	11.352	3.961	10.936
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.879	3.309	21.210	17.582	6.398	28.565
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	87.833	78.060	164.570	159.196	132.769	98.768
T4F USA Inc.	6.194	4.407	-	7.409	5.791	-
Ticket Co. SpA	142.561	138.507	9.440	104.134	98.714	8.786
Vicar Promoções Desportivas S.A.	20.602	3.645	35.643	22.815	7.107	34.512
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	5.523	19.337	30.159	7.426	7.427	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheteria; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (58,1%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets For Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (3,1%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização,

administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.

- Ticketek SAC - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.

- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	10.880	3.973	16.965	24.299
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a)	-	-	1.595	14.581
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	2.795	2.775	11.075	8.666
Operação compromissada - DI (b)	19.590	55.615	35.196	67.853
Time Deposit (c)	8.474	32.910	8.474	32.910
Total	41.739	95.273	73.305	148.309

a) Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básica do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 88% a 100% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2014 (92,5% a 101% em 31 de dezembro de 2013), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 0,15% a 0,45% ao ano sem prejuízo de resgate.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$23.143 (R\$15.628 em 31 de dezembro de 2013). Em 31 de dezembro de 2014, estavam aplicados R\$693 em CDB a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 100% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes faturados (i)	9.557	8.056	28.093	37.804
Bilheteria (ii)	12.191	20.593	20.248	29.429
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	9.590	19.679	12.967	30.755
Total das contas a receber	31.338	48.328	61.308	97.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(186)	(192)	(6.658)	(3.004)
Total	31.152	48.136	54.650	94.984

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer:	29.899	47.429	38.926	75.696
Vencidas:				
Até 30 dias	477	488	7.688	13.567
De 31 a 60 dias	-	2	3.721	3.674
De 61 a 90 dias	776	32	4.724	1.106
De 91 a 180 dias	-	186	371	622
Há mais de 180 dias	186	191	5.878	3.323
Total das contas a receber	31.338	48.328	61.308	97.988

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	192	3.004
(+) Adições	1.181	6.440
(-) Reversões e baixas	(1.187)	(2.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	186	6.658

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IRPJ/CSLL - antecipações	34	34	130	8.832
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.980	5.091	18.008	7.633
Programa de Integração Social - PIS	-	2	76	64
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	354	285
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	8.136	2.921
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	4.015	2.607
Outros	294	399	2.739	1.672
Total	6.308	5.526	33.458	24.014

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.513	25.120	4.872	33.032
Outros	240	123	2.695	5.391
Total	1.753	25.243	7.567	38.423

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Eventos, shows e espetáculos contratados	9.331	15.505	12.790	54.919
Outros	659	583	1.130	3.446
Total	9.990	16.088	13.920	58.365
Circulante	9.881	14.730	13.811	57.007
Não circulante	109	1.358	109	1.358

As parcelas para a apropriação ao resultado para os eventos, shows e espetáculos contratados, têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2014	2014
1º trimestre de 2015	9.072	11.990
2º trimestre de 2015	115	115
3º trimestre de 2015	35	35
4º trimestre de 2015	-	541
A partir de 2016	109	109
Total	9.331	12.790

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

Controladora:

		2014			2013		
	Categoria	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Área Marketing Brasil Ltda.	Controlada	950	-	-	1.300	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	-	1.540	(4.087)	108	576	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	316	-	(63)	358	-	(56)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	6.088	-	332	5.100	-	322
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	81	-	6	74	-	10
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	1.603	-	(659)	938	1.019	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	583	-	67	694	-	65
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.042	(122)	-	1.290	-
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	-	14.307	(1.917)	884	13.269	1.990
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada indireta	1.084	-	(42)	910	1.354	(53)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	8.868	-	238	11.779	-	309
T4F USA Inc. (iv)	Controlada	3.627	-	(1.228)	5.620	338	43
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	137	-	(626)	100	159	-
T4F Peru Entretenimientos S.A.	Controlada	12.860	-	723	-	-	-
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	1.028	-	-	-	-	-
Total		37.225	16.889	(7.378)	27.865	18.005	2.630

Consolidado:

		2014		2013	
	Categoria	Ativo não circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Receita financeira
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	11.068	-	9.163	811
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	178	332	157	18
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	582	6	694	65
PG Consultoria e Comunicação Ltda.	Outras partes relacionadas	1.028	-	-	-
Total		12.856	338	10.014	894

(i) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em julho de 2009, entre a Companhia e a controlada T4F Inversiones S.A., no montante de AR\$25.654 mil. O montante é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e juros de 1%, o qual será pago à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente a controlada possui algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas adotadas pelo governo Argentino, tal contrato está sendo tratado como parte do investimento líquido nessa controlada de modo que a respectiva variação cambial cujo saldo atual é de R\$975 e está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica “Resultados abrangentes”. No passivo, é representado por valores a pagar referentes a serviços de produção.

(ii) A Companhia e suas controladas mantem, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, conforme período contratual. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.

(iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., cujo saldo atual é de US\$ 5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

(iv) Em 31 de dezembro de 2013, a controlada recebeu valores para pagamento de custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Remuneração Fixa				
Conselho de Administração	372	325	372	325
Conselho Fiscal	-	57	-	57
Diretores estatutários	4.201	4.014	4.854	5.025
Total	4.573	4.396	5.226	5.407

Em dezembro de 2014 a remuneração variável dos administradores foi de R\$429, em dezembro de 2013 o total da remuneração variável dos administradores foi de R\$240.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi fixado em R\$8.984.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de dezembro de 2014

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Controladas diretas ou indiretas						
Área Marketing Brasil Ltda.	173	72	99,99	72	-	173
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	16.053	(1.308)	69,48	(909)	-	11.154
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.595	(1.796)	99,99	(1.796)	-	5.594
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(13.267)	(6.177)	38,87	(2.400)	(5.159)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	7.570	4.141	99,99	4.141	-	7.569
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	14.929	(11.690)	100,00	(11.690)	-	14.929
T4F USA Inc.	1.787	(37)	100,00	(37)	-	1.787
Ticket Co. SpA.	4.054	(1.422)	100,00	(1.422)	-	4.054
Vicar Promoções Desportivas S.A.	16.957	1.637	85,00	1.390	-	14.414

T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(13.814)	(13.622)	100,00	<u>(13.622)</u>	<u>(13.814)</u>	<u>-</u>
Total				<u>(26.273)</u>	<u>(18.973)</u>	<u>59.674</u>

a.2) 31 de dezembro de 2013

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas
<u>Controladas diretas ou indiretas</u>				
Área Marketing Brasil Ltda.	101	(478)	99,99	101
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	17.362	(3.541)	69,48	12.063
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.391	(1.553)	99,99	7.390
T4F Entretenimientos Argentina S.A	(7.753)	(65)	38,20	(3.014)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	11.183	12.994	99,99	11.182
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	29.441	(18.369)	100,00	29.441
T4F USA Inc.	1.619	(11)	100,00	1.619
Ticket Co. SpA.	5.420	2.445	100,00	5.420
Vicar Promoções Desportivas S.A.	15.709	(2.144)	85,00	13.352
Total				<u>77.554</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Controladora 2014	Controladora 2013
Saldo inicial do investimento líquido	77.554	94.219
Equivalência patrimonial	(26.273)	(9.280)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	(2.495)	5.453
Aquisição de participação adicional de 10% do capital social da Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	1.785
Perda em Aporte de Capital em controlada	-	(2.989)
Dividendos de controladas	(8.085)	(11.634)
Saldo do investimento líquido	<u>40.701</u>	<u>77.554</u>
Provisão para perdas em investimentos em controladas	18.973	-
Saldo final do investimento líquido	<u>59.674</u>	<u>77.554</u>

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iv)	(20.002)	-	(20.002)	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (vi)	-	-	4.807	5.447
Total	<u>110.487</u>	<u>130.488</u>	<u>115.294</u>	<u>135.936</u>

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

Em 1º de abril de 2013, a Companhia adquiriu de acionista minoritário uma participação adicional de 10% do capital social da controlada por R\$3.439, gerando um ágio total de R\$1.654.

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de negócios uma vez que o controle tenha sido obtido, aquisições subsequentes ou vendas de participação no patrimônio líquido da controlada, que não resultem em uma perda de controle, são contabilizadas como uma transação de capital. Portanto, um acréscimo ao ágio não deve ser reconhecido, tampouco algum ganho ou perda sobre algum decréscimo de participação; A Companhia registrou o excesso pago para a obtenção da participação minoritária como uma redução do patrimônio líquido.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Na preparação do fluxo de caixa foi utilizada uma taxa de desconto de 13% e de crescimento de 5%. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de “Purchase Price Allocation (PPA)”. Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	338	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	75.106	75.183	98.942	99.721
Móveis e utensílios	4.603	5.277	9.473	10.249
Máquinas e equipamentos	13.539	11.649	34.018	31.712
Equipamentos de processamento de dados	7.591	7.475	12.250	11.862
Estruturas	6.703	6.733	18.032	17.410
Veículos	661	661	6.274	5.610
Imobilizado em andamento	112	181	112	188
Total	108.315	107.159	179.439	177.135

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.494)	(72.009)	(90.728)	(89.971)
Móveis e utensílios	6	(2.715)	(2.755)	(6.308)	(6.129)
Máquinas e equipamentos	7	(6.762)	(5.661)	(17.598)	(13.822)
Equipamentos de processamento de dados	17	(5.518)	(4.891)	(9.454)	(8.753)
Estruturas	10 e 50	(6.559)	(2.737)	(10.367)	(5.224)
Veículos	20	(545)	(484)	(3.730)	(2.643)
Total		(94.593)	(88.537)	(138.185)	(126.542)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	338	383
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	2.612	3.174	8.214	9.750
Móveis e utensílios	1.888	2.522	3.165	4.123
Máquinas e equipamentos	6.777	5.988	16.415	17.890
Equipamentos de processamento de dados	2.073	2.584	2.796	3.109
Estruturas	144	3.996	7.670	12.186
Veículos	116	177	2.544	2.967
Adiantamento de imobilizado	112	181	112	185
Total	13.722	18.622	41.254	50.593

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Custo	-	6.969	6.691	12.687	12.902
Amortização	20	(5.248)	(3.928)	(10.017)	(9.011)
Total		<u>1.721</u>	<u>2.763</u>	<u>2.670</u>	<u>3.891</u>

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2014		2013	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	632	(331)	301	401
Máquinas e equipamentos	2.140	(755)	1.385	1.553
Equipamentos de processamento de dados	219	(142)	77	87
	<u>28.325</u>	<u>(26.562)</u>	1.763	2.041
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(599)	(694)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.164</u>	<u>1.347</u>

Consolidado:

	2014		2013	
	Reavaliação	Depreciação acumulada reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.209	(765)	444	569
Máquinas e equipamentos	3.930	(1.896)	2.034	2.254
Equipamentos de processamento de dados	309	(227)	82	92
	<u>30.782</u>	<u>(28.222)</u>	2.560	2.915
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(870)	(991)
Eliminações do consolidado (i)			(526)	(577)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no exercício			<u>1.164</u>	<u>1.347</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	18.622	12.628	50.593	48.830
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	1.921	2.219	2.105	3.202
Móveis e utensílios	89	572	222	678
Máquinas e equipamentos	811	887	1.457	2.511
Equipamentos de processamento de dados	291	1.235	814	1.462
Estruturas	290	6.409	945	6.597
Veículos	-	-	667	218
Adiantamento de imobilizado	68	49	68	49
Total de adições	3.470	11.371	6.278	14.717
Baixas líquidas	(1.341)	(54)	(1.828)	-
Depreciação	(7.029)	(5.323)	(13.819)	(12.494)
Efeitos de variação cambial	-	-	30	(460)
	(8.370)	(5.377)	(15.617)	(12.954)
Saldo final	13.722	18.622	41.254	50.593

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$728, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2014, há aproximadamente R\$4.800, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	2.763	2.634	3.891	4.006
Adições:				
Software	294	704	443	907
Amortização (*)	(1.322)	(564)	(1.574)	(957)
Baixas líquidas	(14)	(11)	(90)	(65)
Saldo final	1.721	2.763	2.670	3.891

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores nacionais	17.540	28.042	50.664	59.329
Fornecedores estrangeiros	187	612	446	29.877
Total	17.727	28.654	51.110	89.206

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Debêntures (a)	CDI + 2,09%	19.399	57.922	19.399	57.922
Empréstimo (b.1)	Pesos argentinos + 27,00%	-	-	23.989	9.703
Empréstimo (b.2)	3,5%	329	-	329	-
Total		19.728	57.922	43.717	67.625
Parcela do passivo circulante		19.485	39.172	43.474	48.875
Parcela do passivo não circulante		243	18.750	243	18.750

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 12,46% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

b.1) As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de dezembro de 2014, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas.

b.2) A modalidade de crédito BNDES - Finame crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo Chevrolet Hall.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
COFINS a recolher	618	1.098	995	1.529
PIS a recolher	134	498	216	594
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.582	4.901	2.091	5.496
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	2.962	4.659
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	213	399	433	619
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	34	67
IVA - imposto de valor agregado	-	-	715	18
INSS de terceiros a recolher	199	341	291	369
IRRF de terceiros a recolher	38	43	2	7.417
Outros	249	237	509	41
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	393	759
Passivo circulante	3.033	7.517	8.641	21.568
Parcelamento de ISS (b)	-	-	57	216
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	4.629	4.762	4.751	5.104
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.106	579
Passivo não circulante	4.629	4.762	5.914	5.899

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente era de R\$3.423 (R\$3.967 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2014 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.419 (R\$1.190 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2014 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 2009 e 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 11 e 14 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 68 meses); (iii) imposto sobre Previdência Social (adesão feita em junho de 2013 referente ao período de fevereiro de 2007 e a novembro de 2008, com período total negociado de 90 meses e saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses).

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contratos de “naming rights” (a)	241	-	781	536
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	7.339	10.716	7.817	12.969
Eventos privados (b.2)	973	486	1.511	1.431
Vendas antecipadas de ingressos (c)	43.341	59.020	52.194	102.762
Intermediação de shows	6	10	785	52
Total	51.900	70.232	63.088	117.750

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	Nº Pronac	Valor		
		aprovado	2014	2013
O Rei Leão - Temporada 2013	12 6769	11.702	-	1.278
Billy Elliot	13 0162	3.858	-	56
O Rei Leão - Temporada 2014	13 8378	13.761	425	10.506
Jesus Cristo Superstar	13 8312	5.703	-	1.447
Fuerza Bruta	14 6004	4.393	3.810	-
Mudança de Hábito	14 8197	14.323	10.626	-
Antes Tarde do que Nunca	14 9177	5.930	4.452	-
Disney On Ice - Passaporte para a Aventura	13 10163	6.536	36	-
Total		66.206	19.349	13.287

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

Controladora e Consolidado	2013	Adições	Baixas	2014
O Rei Leão - Temporada 2013	1.278	343	(1.621)	-
Billy Elliot	56	-	(56)	-
O Rei Leão - Temporada 2014	10.506	3.956	(14.037)	425
Jesus Cristo Superstar	1.447	955	(2.402)	-
Disney On Ice - Passaporte para a Aventura	-	4.500	(4.500)	-
Fuerza Bruta	-	3.810	-	3.810
Mudança de Hábito	-	11.100	(474)	10.626
Antes Tarde do que Nunca	-	4.452	-	4.452
Chatô, O Rei do Brasil	-	50	(50)	-
Disney On Ice - Tesouros Disney	-	36	-	36
Total	13.287	29.202	(23.140)	19.349

Controladora e Consolidado	2012	Adições	Baixas	2013
A Família Addams	19	790	(808)	-
Esplendores do Vaticano	361	220	(581)	-
O Rei Leão - Temporada 2013	7.655	6.594	(12.971)	1.278
Billy Elliot	-	3.500	(3.444)	56
Jesus Cristo Superstar	-	10.506	-	10.506
O Rei Leão - Temporada 2014	-	1.500	(53)	1.447
Total	8.035	23.110	(17.857)	13.287

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	4.698	3.936	5.952	5.481
Cíveis	13.623	12.562	14.553	13.675
Tributários	152	-	2.756	1.864
Total	18.473	16.498	23.261	21.020
Circulante	877	879	877	879
Não circulante	17.596	15.619	22.384	20.141

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$73.889 (R\$48.909 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2014, o montante global desses processos, excluído o item "b" abaixo classificados como perda possível, era de aproximadamente R\$5.359.

b) Em abril de 2011 e em 2014 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$6.051, para 31 de dezembro de 2014. Foi determinada a extinção de parte dos processos administrativos diante da discussão judicial via Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento e de acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.

c) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado do processo é R\$10.129 (R\$9.574 em 31 de dezembro de 2013).

d) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor envolvido é de R\$4.285.

e) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado dos dois processos é de R\$9.570.

f) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$13.246, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bi-tributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, em montante estimado de R\$7.967, e remota para o item (ii), em montante estimado de R\$6.388, para a data base de 31 de dezembro de 2014.

g) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração lavrado, que aguarda julgamento, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2014, o valor atualizado do débito lançado é de R\$15.426.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$21.107 (R\$14.956 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de dezembro de 2014 encontrava-se em fase de execução, sendo que os cálculos do perito da Companhia apuraram eventual crédito do reclamante em aproximadamente R\$100. Não obstante, o valor estimado é de R\$2.201, já com depósito em garantia em juízo.

b) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução e julgamento. O valor estimado é de aproximadamente R\$8.160, cuja probabilidade de perda é possível.

c) Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A Companhia apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.264, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$69.406 (R\$57.193 em 31 de dezembro de 2013).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$34.966 em 31 de dezembro de 2014 (correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir: se refere a ação de cobrança de multa, por alegado não cumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em fevereiro de 2011 foi proferida sentença julgando a ação totalmente improcedente. Atualmente aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.

b) A Companhia é autora reconvinada em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de aproximadamente R\$1.546 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$709, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação. Aguarda-se julgamento de recurso das partes; e (ii) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$726, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$689, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$223, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

e) A Companhia é parte passiva, juntamente com “Os Independentes”, em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes, no evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, cujo valor da causa é de R\$500. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável, mas o valor de condenação deverá ser apurado em liquidação de sentença.

f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, atualizado, em 31 de dezembro de 2014 é de R\$17.251. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2014 o valor em discussão é de R\$1.000. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

h) A Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do Citibank Hall – São Paulo, anteriormente denominado Credicard Hall. Em maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de janeiro de 2010 até junho de 2012, é estimada em R\$12.292, a qual encontra-se integralmente provisionada.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2014, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$9.215 (R\$6.703 em 31 de dezembro de 2013).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	Atualização				
	2013	Provisão	Pagamentos	monetária	2014
Trabalhistas	3.936	672	(67)	157	4.698
Cíveis	12.562	685	(340)	716	13.623
Tributário	-	147	-	5	152
Total	16.498	1.504	(407)	878	18.473

Consolidado	Efeitos da					2014
	2013	Provisão	Pagamentos	Atualização monetária	variação cambial	
Trabalhistas	5.481	829	(570)	319	(107)	5.952
Cíveis	13.675	524	(340)	826	(132)	14.553
Tributário	1.864	716	-	370	(194)	2.756
Total	21.020	2.069	(910)	1.515	(433)	23.261

Controladora	2012	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2013
Trabalhistas	5.056	(1.171)	(573)	624	3.936
Cíveis	10.765	1.906	(463)	354	12.562
Tributário	-	-	-	-	-
Total	15.821	735	(1.036)	978	16.498

Consolidado	2012	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos da variação cambial	2013
Trabalhistas	6.419	(1.130)	(630)	910	(89)	5.481
Cíveis	12.213	1.640	(534)	327	28	13.675
Tributário	2.271	(462)	-	277	(221)	1.864
Total	20.903	48	(1.164)	1.514	(282)	21.020

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de novembro de 2013, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 365 dias, a compra de 4.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa"). Em 4 de novembro de 2014, o Conselho de Administração prorrogou por mais 365 dias o Programa, mantendo-se as demais condições inalteradas. A posição das ações em tesouraria adquiridas em função do Programa em 31 de dezembro de 2014 encontra-se abaixo:

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
1.842.400	8.672	2,70	4,70	5,15	5.306

*De acordo com a cotação de fechamento em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$2,88 por ação.

Enquanto mantidas em tesouraria, essas ações não têm direitos patrimoniais e/ou políticos. As ações permaneceram em tesouraria, para posterior alienação ou cancelamento conforme determinado no Programa.

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta:				
Serviços	312.263	413.185	584.306	583.167
Produtos	1.760	2.650	29.543	39.449
Impostos incidentes	(39.659)	(52.395)	(60.910)	(71.293)
Receita líquida	<u>274.364</u>	<u>363.440</u>	<u>552.939</u>	<u>551.323</u>

23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 24)	(25.516)	(33.393)	(39.646)	(52.071)
Serviços de terceiros	(18.098)	(17.739)	(25.183)	(25.670)
Utilidades e facilidades	(2.198)	(3.336)	(4.953)	(6.651)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(152)	(2.656)	(1.853)
Outras despesas operacionais	(3.483)	(3.507)	(9.120)	(9.733)
Despesas operacionais	<u>(49.289)</u>	<u>(58.127)</u>	<u>(81.558)</u>	<u>(95.978)</u>
Vendas	(2.324)	(2.280)	(3.753)	(4.099)
Gerais e administrativas	(41.963)	(51.211)	(72.150)	(86.232)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(5.002)	(4.636)	(5.655)	(5.647)
Total das despesas por natureza	<u>(49.289)</u>	<u>(58.127)</u>	<u>(81.558)</u>	<u>(95.978)</u>

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(112.722)	(154.776)	(183.315)	(237.879)
Transportes e locações	(38.817)	(31.738)	(53.714)	(44.749)
Serviços de terceiros	(26.549)	(30.193)	(51.368)	(44.199)
Viagens e locomoção	(11.496)	(14.040)	(17.823)	(15.714)
Utilidades e facilidades	(18.890)	(17.771)	(30.503)	(25.689)
Mídia e publicidade	(16.551)	(19.272)	(22.617)	(22.413)
Depreciação e amortização	(8.351)	(5.887)	(14.809)	(13.451)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 24)	(5.450)	(5.667)	(13.755)	(12.101)
Custos de produção	(13.841)	(18.054)	(124.424)	(45.743)
Total	<u>(252.667)</u>	<u>(297.398)</u>	<u>(512.328)</u>	<u>(461.938)</u>

24. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e bonificações	(16.324)	(20.890)	(30.830)	(36.558)
Despesa de férias	(1.482)	(2.390)	(2.175)	(3.160)
Despesa de 13º salário	(1.215)	(1.576)	(1.974)	(2.662)
Encargos sociais	(6.165)	(7.756)	(10.760)	(12.440)
Constituição de participação nos resultados - bônus	(2.248)	(1.921)	(2.307)	(2.263)
Pagamentos baseados em ações	(563)	(569)	(563)	(569)
Outros benefícios a empregados (i)	(2.969)	(3.958)	(4.792)	(6.520)
Total de despesas com benefícios a empregados	(30.966)	(39.060)	(53.401)	(64.172)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(5.450)	(5.667)	(13.755)	(12.101)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(25.516)	(33.393)	(39.646)	(52.071)
Total	(30.966)	(39.060)	(53.401)	(64.172)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(2.249)	(820)	(6.523)	(4.594)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(202)	(402)	(2.590)	(2.605)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(364)	-	(364)
Juros sobre debêntures	(4.641)	(7.352)	(4.641)	(7.352)
Outras	(1.254)	(1.966)	(1.452)	(2.286)
Total	(8.346)	(10.904)	(15.206)	(17.201)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras:				
Juros ativos	39	726	912	1.980
Rendimentos de aplicações financeiras	3.074	6.941	4.435	8.314
Ganhos líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	429	-	429
Outras	420	111	675	171
Total	3.533	8.207	6.022	10.894

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(4.550)	(6.819)	(13.311)	(6.863)
Ativas	4.774	5.392	8.645	5.415
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(969)	(1.065)	(990)	(1.215)
Ativas	867	-	1.400	-
Total	122	(2.492)	(4.256)	(2.663)

26. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.885)	(63)	(4.470)	(48)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(575)	(54)	(641)	(78)
Perda por redução ao valor recuperável do ágio	(20.002)	-	(20.002)	-
Outras	5.195	(121)	4.586	1.165
Total	(18.267)	(238)	(20.527)	1.039

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(2.148)	(2.204)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(582)	(433)
IRPJ e CSLL diferidos	6.656	(1.168)	7.323	2.441
Total	6.656	(1.168)	4.593	(196)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(76.823)	(12.149)	(74.914)	(14.524)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota	26.120	4.130	25.471	4.938
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(257)	(127)	(541)	(301)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(401)	(2.020)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	676	3.491
Controlada tributada no exterior	-	-	(10.392)	(6.110)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.933)	(3.156)	-	-
Perdas em investimentos e outros resultados	(6.801)	(1.821)	(6.801)	-
Plano de remuneração baseado em ações	(192)	(194)	(192)	(194)
Efeitos tributários da consolidação de parcelamento	(3.314)	-	(3.314)	-
Incentivos Fiscais	-	-	55	-
Outros itens	32	-	32	-
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	6.656	(1.168)	4.593	(196)

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/12	Variação	31/12/13	Variação	31/12/14
Controladora					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	32.315	(5.672)	26.643	-	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	52	65	(2)	63
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.379	230	5.609	672	6.281
Prejuízos fiscais	24.943	2.959	27.902	4.161	32.063
Base negativa de CSLL	9.819	1.065	10.884	1.537	12.421
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(741)	49	(693)	94	(599)
Outras provisões	129	149	278	194	472
Total do ativo líquido	71.857	(1.168)	70.688	6.656	77.344

			Reconhecidos em outros resultados abrangentes			Reconhecidos em outros resultados abrangentes	
Consolidado	31/12/12	Variação	31/12/13	Variação	31/12/14		
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13b)	32.315	(5.672)	-	26.643	-	-	26.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.422	154	(222)	1.353	1.090	(186)	2.257
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.948	330	(90)	6.188	177	(84)	6.281
Prejuízos fiscais	30.742	5.814	(916)	35.640	3.194	(1.119)	37.715
Base negativa de CSLL	9.819	1.065	-	10.884	1.537	-	12.421
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(741)	49	-	(692)	93	-	(599)
Outras provisões	1.561	47	(184)	1.425	688	(105)	2.008
Total do ativo	81.066	1.787	(1.412)	81.441	6.779	(1.494)	86.726
Impostos diferidos passivos sobre:							
Não circulante:							
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(2.201)	654	(1.547)	(1.547)	544	-	(1.003)
Total do passivo	(2.201)	654	(1.547)	(1.547)	544	-	(1.003)
Total líquido	78.865	2.441	(2.959)	79.894	7.323	(1.494)	85.723

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	15.877	14.808
Diferenças temporárias dedutíveis	33	622
	15.910	15.430
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	5.409	5.246

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	14.519	11.920
2016	14.516	26.497
2017	7.718	7.718
2018	8.176	8.176
2019	9.545	9.545
2020	22.870	22.870
Total	77.344	86.726

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2014	2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(19.728)	(57.922)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	10.823	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	30.859	91.300
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	37.225	27.865
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	(16.889)	(18.005)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	31.152	48.136
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(17.727)	(28.654)
Total de exposição			55.715	65.075
Efeito no resultado			(4.598)	(3.996)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2014	2013
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(43.717)	(67.625)
Bancos	Outros ativos financeiros	6	10.823	2.355
Aplicações financeiras (ii)	Outros ativos financeiros	6	56.340	124.010
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Empréstimos e recebíveis	12.1	12.856	10.014
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	54.650	94.984
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(51.110)	(89.206)
Total de exposição			39.842	74.532
Efeito no resultado			(5.434)	(4.697)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros contratados.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2014	2013	2014	2013
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	10.823	2.355	10.823	2.355
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	8.474	32.910	8.474	32.910
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	10.268	13.047	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	884	-	-
Mútuo com controlada americana	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	3.627	5.620	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(14.307)	(14.961)	-	-
Fornecedores	Outros passivos	Dólares norte-americanos	(187)	(612)	(446)	(29.877)
Total de exposição			18.698	39.243	18.851	5.388
Efeitos no resultado			2.422	(935)	3.634	392

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2014 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2014	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(19.399)	(21.983)	(22.528)	(23.072)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(329)	(340)	(343)	(346)
Aplicações financeiras	Redução	30.859	33.340	33.960	34.580
Exposição líquida		11.131	11.017	11.089	11.162

		Consolidada			
		Cenário			
	Risco	2014	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(19.399)	(21.983)	(22.528)	(23.072)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(24.318)	(30.987)	(32.654)	(34.321)
Aplicações financeiras	Redução	56.340	61.414	62.682	63.951
Exposição líquida		12.623	8.444	7.500	6.558

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado negativo de R\$115 e R\$4.180 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,09% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado negativo de R\$42 e R\$5.123 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$31 na controladora e um resultado negativo de R\$6.067 no

consolidado.

O empréstimo da controlada Ticketek Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2014 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2014	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	10.823	10.798	13.497	16.197
Aplicações Financeiras	Redução	8.474	8.454	10.568	12.681
Fornecedores	Aumento	(187)	(187)	(233)	(280)
Exposição líquida		19.110	19.065	23.832	28.598

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	2014	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	10.823	10.798	13.497	16.197
Aplicações financeiras	Redução	8.474	8.454	10.568	12.681
Fornecedores	Aumento	(446)	(445)	(556)	(667)
Exposição líquida		18.851	18.807	23.509	28.211

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$256 e R\$44 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$4.354 na controladora e um resultado negativo de R\$4.658 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$8.966 na controladora e um resultado negativo de R\$9.360 no consolidado.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2014	2013
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	43.516	13.693
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	108.708	68.751
		152.224	82.444

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	16.283	19.691
Do 2º ao 5º ano	44.760	55.900

Após o 5º ano
Total

29.882	29.882
90.925	105.473

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava contratos vigentes de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$3.190 mil e R\$8.473 mil.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava contratos vigentes de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento referente ao limite de crédito concedido pelo HSBC Argentina a controlada Ticketek Argentina S.A. que totalizam US\$11.000 mil e R\$29.218 mil em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia apresentava vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$11.432.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

<u>Ano de outorga</u>	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados resultado até 2013	Valores registrados resultado em 2014	Valores a registrar em períodos futuros
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	195	-	-
2012	438.300	415	245	(137)
2013	406.000	140	170	125
2014	622.000	-	148	468

Total	3.347.916	5.034	563	456
-------	-----------	-------	-----	-----

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Planos individuais para cada executivo contemplado

Datas de outorga	28/9/2007	1/10/2007	23/2/2010	4/7/2012	24/10/2012	1/7/2013	1/7/2014
Número de executivos contemplados	1	1	1	2	8	10	13
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	23/2/2017	1/10/2014	23/2/2017	15/4/2017	15/4/2017	1/7/2017	1/7/2018
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%	37,39%	36,85%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção R\$	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93	6,02	5,03
Indexador	Não indexado	Não indexado	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	16,93	16,41	16,41	8,23	6,11
Valor justo por opção – R\$:							
Série 1	5,02	5,02	0,00	5,04	1,54	1,51	0,79
Série 2	5,02	5,02	1,48	5,00	1,95	1,68	0,97
Série 3	5,02	5,02	2,22	4,95	2,17	1,76	1,07
Série 4	5,50	5,51	2,74	4,89	2,31	1,81	1,12

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

No quarto trimestre de 2014 o Conselho de Administração aprovou a outorga de novas opções de compra de ações da Companhia, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações vigente e condicionadas ao atingimento de metas estabelecidas. As outorgas não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2014.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de

mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

	Consolidado			
	2014			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	353.508	108.760	90.671	552.939
Custos	(452.083)	(60.245)	-	(512.328)
(Prejuízo) lucro bruto	(98.575)	48.515	90.671	40.611
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(22.037)	(21.039)	-	(43.076)
	(120.612)	27.476	90.671	(2.465)
Despesas administrativas				(59.009)
Resultado financeiro				(13.440)
Prejuízo operacional antes dos impostos				(74.914)

	Consolidado			
	2013			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	305.961	135.326	110.036	551.323
Custos	(384.616)	(77.322)	-	(461.938)
(Prejuízo) lucro bruto	(78.655)	58.004	110.036	89.385
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(21.215)	(36.183)	-	(57.398)
	(99.870)	21.821	110.036	31.987
Despesas administrativas				(37.541)
Resultado financeiro				(8.970)
Prejuízo operacional antes dos impostos				(14.524)

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

Consolidado		
	2014	2013
<u>Receita líquida</u>		
Brasil	348.771	443.769
Argentina	104.267	98.768
Chile	69.743	8.786
Peru	30.158	-
	<u>552.939</u>	<u>551.323</u>

	Consolidado	
	2014	2013
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Brasil	34.204	86.196
Argentina	17.777	(1.615)
Chile	886	4.804
Peru	(12.256)	-
	<u>40.611</u>	<u>89.385</u>
	Consolidado	
	2014	2013
<u>(Prejuízo) lucro operacional antes dos impostos</u>		
Brasil	(46.496)	3.023
Argentina	(8.179)	(20.857)
Chile	(6.617)	3.310
Peru	(13.622)	-
	<u>(74.914)</u>	<u>(14.524)</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$30 na controladora e R\$57 no consolidado (R\$2.325 na controladora e R\$2.763 no consolidado em 31 de dezembro de 2013).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$7.515 (R\$1.913 em 31 de dezembro de 2013).

34. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(70.167)	(13.317)
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>67.949.065</u>	<u>69.791.465</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>69.946.986</u>	<u>71.628.850</u>
Prejuízo básico por ação - em reais	<u>(1,0326)</u>	<u>(0,1908)</u>
Prejuízo diluído por ação - em reais	<u>(1,0326)</u>	<u>(0,1908)</u>

Em 31 de dezembro de 2014, o prejuízo básico e diluído eram iguais, tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2015.
